

QUÊNIA

REPÚBLICA DO QUÊNIA

Chefe de Estado e de Governo:

Mwai Kibaki

Penal de morte:

abolicionista na prática

População:

39.8 milhões

Esperança média de vida:

53.6 anos

Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):

112/95 por 1000

Taxa de literacia nos adultos:

73.6 por cento

As autoridades mostraram pouca vontade política para garantir que os responsáveis pelos abusos dos direitos humanos cometidos durante a violência pós eleitoral de 2007/2008 eram levados a responder perante a justiça e que as vítimas recebiam uma reparação adequada. Não foram tomadas medidas para combater a impunidade dos elementos da segurança do Estado que cometeram homicídios dolosos e tortura. Os defensores dos direitos humanos enfrentaram riscos e ameaças consideráveis. A violência contra mulheres e raparigas continuou a ser generalizada. Milhares de pessoas foram expulsas à força das suas casas. O presidente comutou para prisão perpétua as sentenças de morte de mais de 4000 prisioneiros que se encontravam no corredor da morte há muito tempo. Os tribunais continuaram a condenar pessoas à morte, mas não se registaram execuções.

Antecedentes

O governo introduziu várias medidas recomendadas nos acordos alcançados durante a mediação política – o Diálogo e Reconciliação Nacional do Quênia – que se seguiu à violência pós-eleitoral de 2007/2008. Em Fevereiro foi nomeado um comité de peritos para conduzir o processo de delinear e adoptar uma nova Constituição. Em Novembro, o comité publicou uma proposta de Constituição para consulta pública. Em Abril, foi criada a Comissão Interina Independente de Revisão Eleitoral para supervisionar as eleições durante um período de dois anos, até à criação de um órgão eleitoral permanente. Em Setembro, o governo nomeou os membros que iriam integrar a Comissão de Coesão Nacional e Integração prevista na lei de promoção da integração nacional de 2008. Na generalidade, porém, registaram-se poucos progressos na implementação das reformas fundamentais propostas pelos acordos.

Houve desentendimentos frequentes no seio do governo e entre os dois principais partidos da coligação governamental – o Partido de Unidade Nacional e o Movimento Democrático Laranja. Esta situação causou o adiamento das muito necessárias reformas legais, constitucionais, territoriais e eleitorais.

Dezenas de pessoas foram mortas em actos de violência, principalmente no centro do país, envolvendo grupos de vigilantes comunitários armados e membros da seita Mungiki. A polícia não conseguiu impor eficazmente a lei e a ordem.

Impunidade – violações dos direitos humanos pós-eleitorais

Não foram implementadas medidas para garantir a responsabilização pelas violações dos direitos humanos, incluindo possíveis crimes contra a humanidade, cometidos durante a violência pós-eleitoral de 2007/2008, em que foram mortas mais de 1000 pessoas.

Em Fevereiro, o Parlamento rejeitou uma proposta de lei destinada a criar um tribunal especial para investigar e julgar os alegados perpetradores destes crimes. Em Julho, o governo rejeitou discutir uma versão revista da proposta de lei. Uma proposta de lei privada com vista a criar um tribunal especial foi apresentada por um deputado em Agosto e encontrava-se pendente no final do ano.

Em Julho, o governo anunciou planos para usar o processo de verdade, justiça e reconciliação e levar a cabo "uma reforma acelerada do poder judicial, da polícia e dos órgãos de investigação do governo", com o objectivo de julgar os abusos dos direitos humanos cometidos durante a violência pós-eleitoral, mas não adiantou qualquer prazo.

Em Julho, o Gabinete do Procurador do Tribunal Penal Internacional (TPI) reiterou junto do governo que cabia às autoridades quenianas a principal responsabilidade de investigar e julgar os crimes passíveis de caírem sob a alçada do TPI. No final do ano, continuava pendente o pedido que o Procurador do TPI efectuou à Câmara de Assuntos Preliminares do TPI para autorizar a investigação aos possíveis crimes contra a Humanidade cometidos durante a violência pós-eleitoral.

Forças policiais e de segurança

Nenhum agente de polícia ou membro das forças de segurança foi levado a julgamento pelos homicídios dolosos e outros abusos cometidos no passado recente.

Em Fevereiro, o Relator Especial da ONU para as execuções extrajudiciais, sumárias e arbitrarias levou a cabo uma missão de investigação no Quênia. O seu relatório, publicado em Maio, confirmou as sistemáticas e generalizadas violações dos direitos humanos pela polícia e outras forças de segurança. O relatório documentava homicídios dolosos, tortura e outras violações dos direitos humanos cometidas pela polícia durante a violência pós-eleitoral de 2007/2008, durante as operações de segurança contra alegados membros da seita Mungiki, e durante a operação de segurança realizada em 2007 no Monte Elgon, no Quênia ocidental.

Em Novembro, um grupo de trabalho criado pelo governo recomendou a adopção de medidas para uma reforma abrangente da polícia, incluindo a criação de um organismo independente de supervisão com poder para investigar as queixas contra a polícia. Contudo, não era claro quando nem como as recomendações seriam implementadas.

Defensores dos direitos humanos

No início de Março, Oscar Kingara e Paul Oulu foram mortos por atacantes armados não identificados em Nairobi. Ambos trabalhavam para a Fundação Oscar, uma organização de assistência legal e defesa dos direitos humanos, e tinham entregado ao Relator da ONU informações sobre alegadas mortes cometidas pela polícia. Não havia registo de qualquer progresso na investigação às duas mortes.

Vários activistas dos direitos humanos, incluindo responsáveis de ONGs sediadas em Nairobi e activistas locais da região de Monte Elgon, no Quênia ocidental, fugiram do país na sequência de ameaças e perseguições por parte da polícia e outras forças de segurança.

Pessoas deslocadas internamente

A maior parte dos campos que albergaram milhares de famílias deslocadas durante a violência pós-eleitoral foram encerrados. Cerca de 200 mil pessoas deslocadas internamente (PDI) regressaram às suas casas. Em Setembro, o governo ordenou o realojamento de todas as PDI que ainda estavam nos campos no prazo de duas semanas, e anunciou a concessão de subsídios ao realojamento. Contudo, em Outubro, milhares de PDI continuavam deslocadas em campos de trânsito e outras áreas. A ONU calculou que 7249 famílias estavam alojadas

em 43 campos de trânsito na província do Vale do Rift. Muitas PDI queixaram-se de não ter recebido assistência governamental na sua tentativa de regressar a casa ou procurar alojamento noutra local. Outros afirmaram que a ajuda governamental era frequentemente inadequada. Centenas de famílias deslocadas internamente queixaram-se de terem sido forçadas a abandonar os campos e regressar a casa, apesar de temerem pela sua segurança.

Violência contra mulheres e raparigas

Mulheres e crianças continuaram a enfrentar violência baseada no género generalizada e acesso limitado à justiça. Em Março, um estudo da Federação Internacional de Mulheres de Carreiras Jurídicas sobre o Quénia indicou que as mulheres e raparigas deficientes tinham três vezes mais probabilidades de serem vítimas de violência baseada no género do que as mulheres não deficientes, e que a violência raramente era denunciada.

Comissão de Verdade, Justiça e Reconciliação

Em Julho, o governo nomeou os membros da Comissão de Verdade, Justiça e Reconciliação (TJRC), criada na sequência da violência pós-eleitoral, e o presidente aprovou as emendas à Lei da TJRC de 2008 através da Lei Estatutária (Emendas Gerais) de 2009. Esta lei emendou a secção 34 da Lei da TJRC para estipular que a TJRC não pode recomendar uma amnistia relativamente a crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e violações graves dos direitos humanos. Mantinha-se, no entanto, a preocupação por a Lei da TJRC não providenciar qualquer protecção efectiva para as vítimas e testemunhas nem prever uma reparação adequada para as vítimas.

Refugiados e requerentes de asilo

Registou-se um aumento nas deportações forçadas de requerentes de asilo para a Somália. O governo não inverteu formalmente a sua decisão de Janeiro de 2007 de encerrar a fronteira entre o Quénia e a Somália, embora mais de 50 mil refugiados e requerentes de asilo somalis tenham conseguido entrar no Quénia durante o ano de 2009.

As condições humanitárias no campo de refugiados de Dadaab, que acolhia a maior parte dos refugiados somalis, continuaram a deteriorar-se. A população do campo era três vezes superior à sua capacidade prevista.

Liberdade de expressão

Apesar da preocupação de que a Proposta de Lei (Emendada) da Informação e das Comunicações pudesse dar origem a limitações injustificadas da liberdade de expressão, a mesma entrou em vigor em Janeiro. Em Julho, uma nova lei relacionada com o sector da comunicação social anulou as provisões da lei aprovada em Janeiro que permitiam ao governo controlar a informação transmitida pelos meios de comunicação social. A mesma lei criava ainda um organismo independente com a função de regular a comunicação social.

Vários jornalistas foram intimidados e ameaçados por responsáveis governamentais por causa de notícias que criticavam as práticas governamentais.

■ Em Janeiro, Francis Kainda Nyaruri, jornalista freelancer sediado no Sudoeste do Quénia, foi assassinado por desconhecidos. A imprensa local noticiou que a sua morte estaria relacionada com artigos que ele escreveu sobre alegada corrupção e outras irregularidades na polícia local. Segundo as informações, dois suspeitos foram detidos mas ainda não tinham sido julgados. As testemunhas do crime foram ameaçadas, alegadamente, pela polícia.

Direito a uma habitação adequada

Em Setembro, o Parlamento aprovou o relatório do Grupo de Trabalho para o Complexo da Floresta de Mau, nomeado pelo governo em 2008. O relatório recomendava, entre outros pontos, a expulsão de milhares de famílias residentes no complexo. Na sequência da aprovação do relatório, o governo formou uma unidade encarregada de coordenar a reabilitação da floresta, mas não apresentou qualquer plano concreto sobre as expulsões recomendadas susceptível de evitar a repetição dos desalojamentos forçados ocorridos durante a remoção de milhares de pessoas de partes da floresta entre 2004 e 2006. A primeira fase de desalojamentos forçados na Floresta de Mau planeada pelo governo para ser realizada nos anos seguintes foi levada a cabo em Novembro. Envolveu o desalojamento de 2850 famílias, afectando 20 345 pessoas, segundo as autoridades. A maioria das pessoas expulsas afirmou não lhe ter sido dado o devido aviso nem alojamento alternativo. A maior parte das pessoas acabou em campos de deslocados improvisados e temporários, sem acesso adequado a abrigos de emergência e outros serviços.

Em Julho, quase 3000 pessoas foram desalojadas à força das suas casas na aldeia de Githogoro, Nairobi. A polícia avisou os residentes de que tinham 72 horas para dismantelar as suas casas antes da chegada das escavadoras do governo. Os desalojamentos visavam cumprir os planos do governo para a construção de uma nova estrada, a Circular Norte.

No final do ano, centenas de famílias que viviam em acampamentos informais junto ao Rio Nairobi continuavam sob a ameaça de desalojamentos forçados, depois de o governo ter pedido em 2008 para abandonarem o local. Não havia quaisquer planos para garantir que os desalojamentos respeitariam as devidas protecções legais e outras salvaguardas.

O governo não cumpriu a promessa feita em 2006 de publicar directivas nacionais para as expulsões. Também não impediu os desalojamentos forçados até à entrada em vigor das referidas directivas.

Cerca de 2 milhões de pessoas – metade da população de Nairobi – continuavam a viver em bairros degradados e acampamentos informais, amontoados em 5 por cento da área residencial da cidade. Os moradores destas áreas enfrentavam não só as condições de imundície e a falta de acesso a serviços básicos, mas também a discriminação, insegurança e marginalização. Apesar da política de habitação nacional aprovada em 2005, que prometia o cumprimento progressivo do direito à habitação, o governo continuou a não providenciar habitação a custos acessíveis. O projecto de recuperação de bairros degradados em curso continuou a ser lento e a ter poucos recursos. Os residentes dos bairros degradados queixaram-se de não terem sido devidamente consultados sobre a implementação do programa.

Pena de morte

Em Agosto, o presidente comutou as penas de morte de mais de 4000 prisioneiros para prisão perpétua. Ele afirmou que "uma estadia prolongada no corredor da morte causa sofrimento e angústia mental indevidos, traumas psicológicos e ansiedade, além de poder constituir tratamento desumano". O presidente ordenou um estudo governamental sobre o impacto da pena de morte na luta contra a criminalidade. Não era claro se este estudo chegou a ser realizado, e não foram publicados quaisquer resultados.

Os tribunais continuaram a impor a pena de morte, embora não se tenha registado qualquer execução.

Visitas/relatórios da Amnistia Internacional

🚗 Delegados da Amnistia Internacional visitaram o Quênia em Fevereiro, Março, Junho, Setembro e Novembro. Em Junho, a Secretária-Geral da Amnistia Internacional liderou uma missão de alto nível da AI ao Quênia.

📄 Quênia: As autoridades quenianas não podem ficar à espera do Tribunal Penal Internacional para acabar com a impunidade (AFR 32/001/2009)

📄 Quênia: A maioria escondida – Os dois milhões de habitantes de bairros degradados de Nairobi (AFR 32/005/2009)

📄 Como vive a outra metade: Os habitantes dos bairros degradados de Nairobi (AFR 32/006/2009)

📄 Quênia: Declaração final da missão liderada pela Secretária-Geral da Amnistia Internacional (AFR 32/007/2009)

📄 Quênia: Amnistia Internacional apela a uma investigação imediata aos assassinatos de activistas dos direitos humanos, 6 de Março de 2009